

TERESINA: URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE*

Iracilde Maria de Moura Fé Lima

RESUMO

O presente trabalho focaliza o processo de urbanização de Teresina, ao longo dos seus cento e cinquenta anos, considerando as relações com o meio ambiente e realçando a forte presença da natureza no cotidiano da sociedade local.

Palavras-chaves: Teresina. Urbanização. Meio Ambiente.

1. NATUREZA: SUPORTE DO URBANO

Ao deter-se o olhar sobre Teresina, em busca da sua verdadeira essência, é possível perceber a transformação causada pelo homem, em nome do progresso e da construção do urbano. Certamente, a natureza se ressentida diante de tal metamorfose.

Nesse sentido, pode-se partir dos questionamentos de Rodrigues (1992) para indagar: qual o cidadão comum que, no seu dia-a-dia, consegue ver nessa natureza modificada pelo homem – nos edifícios, no asfalto ou nas avenidas que “enterram” o rio, o recurso natural – o espaço?

Nas análises mais recentes, que buscam o diagnóstico da vida urbana, inclui-se o saneamento básico como indicador de qualidade de vida. O saneamento, ou a sua falta, indica o nível de qualidade de vida de uma população, significando muito mais que simples manipulação da natureza pelo homem, mas sobretudo seu nível educacional/político-ideológico. No entanto, pouco se tem estudado sobre o processo de urbanização que provoca a escassez e destrói, empobrecendo a qualidade dos recursos naturais – a água e o ar atmosférico, por exemplo.

Essas reflexões remetem a várias questões no que diz respeito às formas de ação cotidianas que se estabelecem entre a sociedade urbana e a natureza, quando se pretende auscultar um espaço em construção – a cidade de Teresina – no ano de seu sesquicentenário. Essa construção, não obstante mascarar alguns de seus traços naturais e evidenciar algumas dificuldades e descuidos em conservá-los, felizmente ainda não

* Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes*. Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206.

conseguiu anular a forte e visível presença da natureza, que permeia a vida da cidade, que a emoldura e a torna bela e acolhedora, fazendo jus ao seu nome de rainha, desde o seu nascimento e perdurando até os dias atuais.

A partir de 1852, a forte presença da natureza faz-se notar em princípio pelo local escolhido para construir a nova sede urbana do município da Vila do Poti, que se tornaria a nova capital do Piauí. O conselheiro Saraiva, então Presidente da Província do Piauí, escolheu um lugar à margem direita do rio Parnaíba, no planalto entre as últimas curvas dos rios Parnaíba e Poti, antes do encontro desses dois rios, pois, rio abaixo, o Poti desenha sua barra ao jogar suas águas no rio Parnaíba.

A ideia da transferência da Vila do Poti para outro local encontrou eco junto à população, principalmente pelo fato de que esta já vinha sentindo a necessidade de encontrar um lugar a salvo das enchentes que, periodicamente, lhe traziam problemas econômicos e de insalubridade, tendo em vista que a Vila ficava no terraço fluvial formado pela confluência dos rios Poti e Parnaíba – *a barra do Poti*. No entanto, em função da importância da futura navegação para a nova Capital, a Vila Nova foi construída à margem do rio Parnaíba, porém a montante da barra do Poti, num dos patamares do planalto *Chapada do Corisco*¹, lugar mais alto e, presumidamente, a salvo das cheias.

As enchentes dos rios Parnaíba e Poti já se constituíam, portanto, problemas socioambientais vividos pela população potiensense, depois teresinense, desde o século XIX. Esses problemas continuam até os dias atuais, uma vez que são consequência de um fenômeno natural e cíclico, conforme o regime da vazão e o estágio da dinâmica do rio. O que falta, pois, é a compreensão de que não adianta querer “vencer o rio”, mas conhecer a cota de inundação em cada ponto do terraço desse rio, e usar essas áreas de outra forma que não seja para habitação.

A área delimitada para abrigar o sítio urbano de Teresina pertencia à sesmaria denominada "Data Covas", e o seu traçado inicial foi definido pela *Miniatura do Plano*

¹ Esse planalto assim se denominava em razão de faíscas elétricas que aí caíam frequentemente no período chuvoso. Notar que esses fenômenos ainda persistem e ainda hoje provocam acidentes no município de Teresina, causando queima de eletrodomésticos e até algumas mortes de pessoas e animais, a despeito de existirem locais com instalação de pára-raios.

da cidade², contando com 100 quarteirões para abrigar as Igrejas, os prédios públicos, comerciais, residenciais e, ainda, algumas praças. Fora desse limite urbano inicial de Teresina, foram reservadas áreas para outros logradouros, como o Cemitério, a Cadeia e um poço.

Confrontando esse plano de construção inicial com a planta atual da cidade, observa-se que esse espaço estava compreendido entre os seguintes limites: Ao Norte – a Rua da Estrela (atual Desembargador Freitas); ao Sul – a Rua Santo Antônio, terminando no Largo das Dores (hoje Rua Olavo Bilac e Praça Saraiva, respectivamente); ao Leste – a atual Rua 24 de Janeiro, passando na base do Alto da Jurubeba (onde ficava o antigo cemitério e hoje se encontra a Igreja de São Benedito). No sentido centro-oeste, a área urbanizada àquela época chegava somente até a atual Rua João Cabral, limitando-se com as cercas de vários pequenos sítios que existiam daí até o Rio Parnaíba. Constituíam-se também uma área suburbana o espaço entre o alto da Jurubeba até o Rio Poti, no sentido leste, enquanto os núcleos de população que se localizavam no extremo-norte (antiga Vila do Poti), na Catarina (atual Piçarra e adjacências) e Angelim/Areias (hoje Vermelha, Areias e bairros circunvizinhos), eram interligados à área urbana central por estradas carroçáveis.

O mapeamento do sítio urbano de Teresina, considerando também a sua área de expansão, que já estava delimitada e demarcada na Data Covas, desde 1852, só foi traçado e publicado, recentemente, a partir da descrição do memorial da cidade transcrito pelo Mons. Chaves (ABREU; LIMA, 2000). Esse mapa complementa as informações que traz a citada *Miniatura do Plano* de construção inicial da cidade, localizada na correspondência oficial da época - Arquivo Público do Piauí - e transcrita em várias publicações de estudiosos de Teresina. Contudo, a área total do novo município, envolvendo o urbano e o rural, extrapolava o baixo platô da Chapada do Corisco, transformando-se em Teresina o território que até então formava o município da Vila do Poti³.

² Este mapa foi localizado e divulgado por: ABREU, Irlane Gonçalves de. O papel de Teresina na Organização espacial do Piauí. In: **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, ano I, nº 2, ago-1987. Depois foi reproduzido em várias publicações sobre Teresina, como: GONÇALVES, Wilson. Teresina: Ontem e Hoje Fundação Mons Chaves, entre outras.

³ Localizado no Arquivo Nacional um croqui da Vila do Poty, sem data, pela historiadora FALCI, Miridan Brito Knox, porém ainda não foi localizado nenhum mapa do município, datado do século XIX.

No período de sua formação, Teresina cresceu rapidamente; pois dois anos depois de fundada, a cidade já contava com uma população de cerca de 8.000 habitantes. Esse crescimento foi estimulado pelo aforamento dos terrenos situados nas ruas planejadas, ficando muitas famílias com a área de uma quadra inteira para suas residências. A maioria das quadras, ou quarteirões, media 40 x 40 braças, passando a formar verdadeiros pomares urbanos. Nesses primeiros tempos, a verdade da cidade, formado pelos pomares particulares, praças e ruas arborizadas, de tão expressivo, chamava a atenção dos visitantes, por isso, recebeu a denominação de “cidade verde” do poeta maranhense Coelho Neto, quando visitou a cidade, em 1899.

Muitos dizem que Teresina, hoje, não merece mais esse título, pois, apesar de existirem muitas praças (nem todas arborizadas) e vários parques ambientais, o crescimento do espaço verde público não acompanhou o ritmo do crescimento urbano, apresentando hoje uma área verde particular, como, por exemplo, quintais, jardins e calçadas de prédios particulares, superior à área verde público (parques, avenidas, jardim nas praças e outros logradouros públicos). No entanto, a afirmação é discutível, porque não existem estudos estatísticos sobre a área ocupada pelo verde da cidade, que, observada do alto, exhibe um verde ainda expressivo (público e privado), por entre a massa de construções, embora a sua distribuição seja irregular.

Vale destacar que a preocupação com o verde urbano, em períodos anteriores à década de 1960, ligava-se mais a razões estéticas e não estava relacionada diretamente à preocupação com qualidade de vida das pessoas, uma vez que esta conotação só se desenvolveu a partir das últimas décadas, no bojo da crise socioambiental que envolve todo o mundo, gerando a demanda de modelos alternativos de desenvolvimento sustentável para região /lugar, de acordo com suas características.

Não obstante essas constatações observa-se que no espaço urbano de Teresina restam alguns pontos-relíquia das matas verdes naturais, que são conservadas como unidade ambientais, sendo as mais significativas: o Parque da Cidade (primavera) , o Parque de Teresina (Mocambinho) , o Zoobotânico (zona Nordeste da cidade) e alguns trechos que margeiam os rios Parnaíba e Poti, entre outros de menor expressão, considerados como áreas de conservação/preservação (LIMA, 1996). Esses ecossistemas são compostos por imponentes árvores como angicos brancos, babaçuais, caneleiros e tantas outras espécies que compõem as faixas de transição da floresta semidecídua X cerrado X caatinga. A presença dos animais silvestres é representada

pelos pássaros, por serem os que melhor se adaptam às condições urbanas. Delas, ainda, hoje, existem algumas espécies, remanescentes da diversidade que habitava nos primeiros tempos, no início do desmatamento de áreas que, para serem urbanizadas, cada vez mais são concretadas e muradas [...] “cada vez mais cinza e menos verde”⁴.

Essa redução relativa do verde, associada à distribuição irregular, certamente corresponde a um dos graves problemas socioambientais de Teresina, uma vez que o clima da cidade é tropical quente e subúmido, com elevadas temperaturas durante todo o ano. A presença da vegetação de forma adequada (envolvendo quantidade, tipos e distribuição espacial) em toda a cidade, provavelmente favorecia maior conforto térmico, redução da poluição do ar e do consumo de energia, além de propiciar beleza paisagística e elevação da autoestima da população residente.

Teresina nasceu em um exuberante pedaço de natureza que lhe deu uma beleza singular: emoldurada por dois grandes rios “que abraçam”⁵ e que recebem vários pequenos riachos nos seus terraços pontilhados por centenas de lagoas, formando um belo sistema lagunar-fluvial. Juntos, os elementos: rocha, clima, relevo, rios e solos imprimem dinâmica ao cenário de fluxos de energia e matérias, movimentando água x sedimento x vida, desenhando as formas que se elevam a partir desses rios em patamares e topos planos-terraços, encostas e baixos planaltos (hoje, em parte, descaracterizados pelos cortes/aterros pavimentação), bem como fazendo brotar vidas, vegetal e animal que emolduram a paisagem local, base dos demais fluxos individuais e sociais. Estes integrantes com o natural, dando-lhe forma e sentido.

Teresina vê-se assim, guarda uma relação, visível e invisível, indissociável de sua existência. Senão vejamos: a cidade nasceu de uma necessidade de usar o rio Parnaíba para a navegação como meio de gerar progresso no Piauí; incorporou o verde como símbolo de sua identidade e, mais recentemente, a extração de minerais para utilização na sua mais expressiva atividade industrial - a concentração civil. E o calor? é ao sol, no sentido de chacota ou pejorativa ou bricalhona, que devemos a sua decantada condição de cidade mais quente do Brasil, mas também, analogicamente, a mais acolhedora pelo calor de sua população

⁴ Expressão utilizada por Dr. José Raimundo Machado, Presidente da Associação de Brasileira de Arborização, em reunião no IBAMA-PI (julho/2002).

⁵ Do Hino de Teresina, de autoria do Prof. Cinéas Santos.

2. A EXPANSÃO INICIAL DA CIDADE E SEUS REFLEXOS NO AMBIENTE

A partir da Constituição de 1891, a jurisdição de registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, que eram de responsabilidade da Igreja, foram transferidos para o poder civil, e o sepultamento dos mortos para os cemitérios públicos. Assim, desativado o cemitério antigo no Alto da Jurubeba, o Intendente ⁶ determinou a construção do cemitério São José na área do cruzamento na área do cruzamento das atuais ruas Rui Barbosa e Alameda Parnaíba. Para tanto, autorizou nova demarcação urbana, com o prolongamento da rua que serviu de eixo primário da poligonal de demarcação da cidade (atual Rui Barbosa) e o planejamento de novos logradouros, a partir da Rua da Estrela (atual Desembargador Freitas) até o Campo de Marte, hoje Praça João Gayoso e Estádio Lindolfo Monteiro (MONTEIRO, 1987)⁷.

A primeira expansão oficial do sítio urbano deu-se em direção à zona norte, após a desativação do cemitério primitivo no Alto da Jurubeba e após a construção do cemitério São José, no cruzamento da Alameda Parnaíba com a atual Rua Rui Barbosa. Esta correspondeu também à primeira quebra na planura do relevo, ao transpor um vale (grotão) com grandes blocos de pedras roladas, entre as ruas da Estrela e Campinas (hoje Desembargador Freitas e Benjamim Constant, respectivamente). Esse local era conhecido como “Baixa da Égua” (hoje Praça Landri Sales), limitando-se com uma elevação chamada “Alto da Pitombeira” (onde foi construído o Liceu Piauiense). Esse logradouro foi mapeado como Largo do Poço, permanecendo sem urbanização até a década de 1950, dificultando a passagem de pedestres, inicialmente dos jumentos e, mais tarde, dos veículos motorizados, para a direção Norte. Esse vale formava uma lagoa, antes de desaguar no rio Parnaíba que, até a década de 1940, servia de parada para os animais de carga que vinham da Zona Norte para o centro da cidade. Assim, o nome “Baixa da Égua” se deve ao fato do Governador Landri Sales ter construído uma “rancharia” (pousada) no alto da Pitombeira, para os homens descansarem enquanto seus animais bebiam e pastavam em volta do riacho (Monteiro, op. Cit).

⁶ O termo Intendente designava o cargo do governante municipal, passando a Prefeito a partir de 1930.

⁷ MONTEIRO, Orgmar. Teresina descalça. vol. 4. Fortaleza: IOCE, 1987. E depoimentos de moradores antigos da área.

Paralelamente a essa expansão, que se dava de forma organizada, os sítios e fazendas da área do entorno do centro urbano foram se incorporando à cidade, , partindo da ocupação das margens das estradas e fazendo nascer bairros com traçado de ruas e avenidas, que não mais obedeciam à forma de tabuleiro de xadrez, assumindo um traçado espontâneo. Isto gerou o processo de anomalia ao plano inicial da cidade de ruas paralelas e perpendiculares entre si, comprometendo esse traçado regular.

Deste modo, começaram a surgir outros problemas ambientais na cidade, provocados, principalmente, pela ocupação urbana e pela a utilização de drenagem, pois com a expansão dos serviços de calçamento, as lagoas e os vales dos riachos (chamados de “grotas” ou “grotões”) foram sendo pavimentados, formando as primeiras “baixas” do relevo do sítio urbano, ainda sem ter um sistema adequado de galerias, sendo bem conhecidas a “baixa do Chicão” ao sul (hoje Av. José dos Santos e Silva), a “Baixa da Égua” ao Norte (atual Praça Landri Sales), além da lagoa da “Palha de Arroz” (hoje Praça Da Costa e Silva), no centro-sul da cidade.

A instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauienses, onde hoje funciona o Lojão do Parnaíba, entre a Baixa da Égua e o rio Parnaíba, no final do século XIX, contribuiu para aumentar o povoamento desse trecho da cidade pelos operários, que foram se fixando a partir do muro da fábrica na margem do rio, formando a Rua das Pedras, atual Rua João Cabral com suas casas de estrutura precária que poderiam hoje ser comparadas aos barracos de uma favela. No entanto, com a expansão de alguns serviços públicos, foram construídas, nessa área, uma praça, uma galeria até o rio Parnaíba e novas ruas. A partir da década de 1950, a área valorizou-se e as antigas casas foram substituídas por outras, modernas e elegantes. Foi mantido o padrão do traçado das ruas em tabuleiro de xadrez, alterando-se, porém a metragem das quadras.

A direção da expansão da cidade para a Zona Norte, no início do século XX, também foi orientada pela construção do Matadouro, em 1929, na margem margem da antiga estrada que ligava o centro ao então povoado da Vila Velha do Poti, hoje representada pelas Rua Rui Barbosa e Avenida João Izidoro França. Seguindo em direção ao Norte existiam as trilhas dos animais que eram levados ao matadouro, pela Matinha e Pirajá (onde hoje estão o Iate Clube e a Universidade Estadual do Piauí - UESPI), a partir de onde os pastos e as lagoas davam apoio às paradas e o deslocamento dos animais. Por ser uma área de terraços fluviais e muitas lagoas, o governo incentivou

a retirada da antiga população, em 1850, para escapar das constantes cheias. Muitas décadas depois, o governo passa a atrair a população para a mesma área, oferecendo serviços de matadouro, aeroporto e habitações financiadas pelo sistema financeiro de habitação⁸.

A expansão da ocupação para a zona sul iniciou-se com a urbanização da Estrada Nova, que, na época de sua abertura, em 1877, era um caminho que ia desde a Praça Saraiva até o lugar Areias (hoje bairro da zona Sul) seguindo o eixo da estrada que ia até Oeiras e que atualmente corresponde à extensão-sul da Rua Rui Barbosa que continua na Av. Barão de Gurguéia. Àquela época, esse eixo desvia-se das lagoas que se mantiveram na margem do Parnaíba até início do século XX. Parte dessas lagoas foi sendo aterrada, como, por exemplo, a que existia onde hoje está a Praça Da Costa e Silva, que recebia cargas de cascas de arroz depositadas pelos piladores que trabalhavam na área. Por essa razão, essa área passou a ser conhecida como “Palha de Arroz” (CHAVES, 1998).

É nessa área que se encontra a outra ruptura na regularidade da planura da encosta suave da Chapada do Corisco, para a direção Sul, marcada pela presença de outros grotões – vales- dos riachos que formavam grandes voçorocas como a da Rua Santo Antônio, atual Olavo Bilac, com inclinação mais forte entre as Ruas Area Leão e Barroso, que se juntavam ao leito de um riacho maior que descia pela atual Av. José dos Santos e Silva, alimentando as lagoas da margem do Parnaíba, que foram aterradas. Continuando para o Sul, encontra-se um vale conhecido antigamente por “barrocão” e que passou a ser chamado de “baixa do Chicão”, no cruzamento da Rua Rui Barbosa com a Av. Joaquim Ribeiro, onde é mais acentuada a depressão. Aí existia uma ponte de madeira sobre o riacho, dando acesso ao prolongamento da Rua Rui Barbosa e à área que hoje forma o bairro Vermelha.

⁸ Na Zona Norte da cidade foram construídos nove conjuntos habitacionais pela COHAB-PI, nas décadas de 1970 e 1980, totalizando 6.579 unidades residenciais, conf. LIMA, ^a Jesuíta. Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996.

Foram surgindo, assim, os bairros da cidade, caracterizando-se por certas funções e por nomes, que, muitas vezes, retratam sua história, como se pode observar em relação à Piçarra, ao Cabral e ao Matadouro. Este último surgiu a partir da instalação de um matadouro particular de dimensões comerciais, numa área elevada próxima ao atual Quartel do 25º Batalhão de Caçadores, cujo proprietário do terreno era o senhor João Cabral. Quando foi construída a estação ferroviária, no início do século XX, esse matadouro foi transferido para um local mais próximo do rio Parnaíba, entre o atual Sanatório Meduna e a área que hoje pertence ao Batalhão citado, e que na época correspondia a um campo de vaquejada.

Já a Piçarra deve seu nome à presença do material de “piçarra” que existia em abundância na região e foi largamente usado como aterro para a “estrada do gado” que ligava o matadouro do Cabral, zona Norte, à região chamada Catarina, lado sudeste – margem esquerda do rio Poti. A parada do gado era geralmente na fazenda São Raimundo, margem direita do rio Poti, onde atravessavam o rio em um pontão (hoje bairro São João, no lugar onde ainda existem grandes lagoas fluviais (proximidades da atual Ponte Wall Ferraz). O advento de veículos motorizados, principalmente caminhões, deu ensejo à construção, em 1930, de uma ponte de madeira em 1930, no encontro da estrada do gado com o rio Poti, ponte esta que alguns anos depois, foi carregada pelas águas desse rio. O povoamento foi aumentando em volta da estrada, em palhoças que foram formando ruas ao acaso, sem a preocupação de manter o padrão do traçado retilíneo do plano original da cidade. O “vai-e-vem” de mercadorias em seus caminhos abriu novas ruas e avenidas e terminou por consolidar a vocação comercial do bairro Piçarra, que se desenvolveu e se especializou em venda de material de construção.

A construção do já mencionado matadouro público, na planície de inundação do rio Parnaíba, no caminho para o Poti Velho, fez ampliar para o Norte aquela “estrada do gado”. E o trabalho de construção da via férrea, desde a ponte metálica sobre o rio Parnaíba (projetada em 1908 e inaugurada em 1938) até o pontão da estrada da Catarina, no rio Poti, possibilitou que essa estrada fosse urbanizada, passando a contornar a zona central da cidade, ligando a zona Norte à zona Sul, até o bairro Vermelha. Por essa razão, recebeu o nome de Avenida Circular, constituindo-se na primeira avenida que integrou os bairros dos pontos extremos da cidade, sem precisar passar pelo centro, conforme se pode observar na planta da cidade. Essa estrada,

transformada em passou a interligar também outro bairro nascente - o Mafuá - cujo nome permanece ainda hoje. Este surgiu de uma feira livre instalada para atender os trabalhadores durante a construção da estrada de ferro entre Teresina e o Maranhão. Já na década de 1970, esse eixo foi alargado para duas pistas, recebendo a denominação Avenida Miguel Rosa.

O crescimento da cidade em direção ao leste (ainda no interflúvio Parnaíba/Poti), na área atual da Avenida Frei Serafim e do bairro Ilhotas, se deu a partir do prolongamento do eixo da Rua Grande (hoje Sen. Teodoro Pacheco) que, ultrapassando a Igreja São Benedito, seguia caminho até chegar ao porto dos noivos, no rio Poti, e servia de rota aos viajantes. A travessia do rio, no período chuvoso, se dava através de um pontão, dando acesso à margem direita, no lugar que hoje corresponde ao bairro dos Noivos, enquanto no período sem chuvas os veículos podiam atravessar diretamente no seu leito. O eixo compreendido pela Avenida Frei Serafim e Rua Senador Teodoro Pacheco, passou a ser referência de divisão da cidade em zona Norte e zona Sul, base para a numeração dos prédios das ruas que se estendem da zona Norte até a zona Sul da cidade.

O eixo oeste-leste foi se desenhando como um caminho intensamente percorrido não só por viajantes, mas também por escravos e fiéis, crianças, adultos e velhos que, rezando terços e ladainhas em voz alta, carregavam pedras e água do rio Poti para a construção da Igreja de São Benedito, ainda nas décadas de 1870-80, sendo o seu nome uma homenagem ao frei que se dedicou à construção da Igreja: Frei Serafim de Catânia. Próximo do seu final, no topo do divisor topográfico que tem cerca de 90 metros de altitude (em frente ao antigo Seminário e atual Centro Pastoral Paulo VI), foi erguido um cruzeiro, em 1930, onde os devotos faziam paradas de descanso e orações (depois de subirem a vertente íngreme do vale do rio Poti), durante as procissões entre esse rio e a Igreja de São Benedito (NUNES, 1995).

Os prédios do Colégio e da Capela da ordem das Irmãs Catarina de Sena, construídos nas primeiras décadas do século XX, na Avenida Frei Serafim, distando uns 200 metros da Igreja de São Benedito, ainda são conservados, complementando um conjunto arquitetônico do início do século XX (formado pelo Palácio do Arcebispo e Casa dos Capuchinhos) e testemunhando sua contribuição quase secular à educação da sociedade teresinense. No entanto, outros elegantes prédios, antes palacetes residenciais, foram mudando de função, estando muitos deles hoje ocupados por lojas

* Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes*. Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206.

comerciais, escritórios, clínicas médicas, etc. tiveram, em sua maioria, preservada a sua arquitetura, documentando um período em que as famílias da elite social teresinense se transferiram do centro antigo para essa Avenida, na primeira metade do século XX, quando o Piauí vivia um período econômico favorável, decorrente das exportações dos produtos extrativos vegetais (babaçu, carnaúba e maniçoba) e se dava a expansão do centro comercial de Teresina e a instalação mais significativa dos primeiros serviços urbanos, como calçamentos, galerias pluviais, água encanada e iluminação pública a querosene.

Àquela época, o prolongamento da “Rua Grande” ligava dois pontos extremos da cidade: na margem do rio Parnaíba - o Porto dos coqueiros que servia de passagem para o Maranhão e ligava Teresina às demais cidades piauienses ribeirinhas e ao porto das Barcas, no litoral. No rio Poti, o “Porto dos Noivos” que ligava a cidade às fazendas do outro lado do rio, como as Fazenda dos Noivos e Itararé, (hoje bairros de mesmo nome) e também a outros municípios e Estados.

No entanto, pela necessidade de contornar as inúmeras lagoas que se formavam nas duas margens do rio Poti, que transbordavam no período de chuvas, a travessia desse rio era deslocada do Porto dos Noivos para outro porto provisório, mais ao Norte, passando pelos cordões de terra firme que se formavam uma espécie de diques naturais entre as lagoas. Essa situação permanecia enquanto as águas não baixavam, o que deu origem ao povoamento dessa área, e ao bairro Porenquanto⁹.

Mesmo sediando a capital e comandando a administração do Estado, desde a sua fundação, Teresina manteve-se, de certo modo, isolada dos demais Estados brasileiros até a década de 1950, quando o rio Parnaíba tornou-se o principal eixo de comunicação e comércio.

Mais uma vez, a natureza representada pelo rio Parnaíba, que estabelece a ligação entre Teresina e outras regiões, através da principal estrada piauiense da época – o rio Parnaíba; como também é a natureza que promove a dinamização do espaço urbano, com a expansão do seu núcleo inicial, embora envolvendo somente, (ou quase)

⁹Conf. D. Maria, moradora da margem direita do Poti, desde os anos de 1940, de onde deverá se mudar em função da área passar a ser preservada, a partir da construção da Av. Raul Lopes. Informações presentes em várias publicações sobre o Piauí. Destaca-se que até então, só se chegava por terra à região Norte através da ponte ferroviária entre Teresina e Maranhão, construída na primeira metade do século XX.

relações locais - o aterramento de lagoas, a pavimentação ou abertura de novas ruas, subindo encostas e descendo vales, o que manteve a cidade relativamente isolada, reflexo da economia piauiense dependente da riqueza das matas exploradas comercialmente e das comunicações demoradas, através da navegação fluvial ou das poucas estradas “empoeiradas” no período seco e “enlameadas” no período chuvoso.

3. A URBANIZAÇÃO RECENTE E UM NOVO OLHAR PARA O AMBIENTE

O advento das rodovias nacionais, marca a adoção pelo Brasil de uma nova política econômica voltada para a industrialização, exigindo como pressuposto a interligação dos espaços – para a garantia de mercado. Para tanto, fazia-se necessário a implantação de transportes modernos e a abertura de estradas em todo o País.

A implantação do programa nacional de construção de estradas possibilitou a Teresina, a partir da década de 1960, tomar um grande impulso de crescimento, por ter uma localização estratégica em relação a essa malha rodoviária, uma vez que se encontrava em período de relativa estagnação pelo declínio da navegação do rio Parnaíba e da participação nas exportações entre as décadas de 1930 e 1950. Destaque-se que, até então, a interligação entre as regiões Norte e Nordeste passava obrigatoriamente por Teresina.

E assim, Teresina colocou-se como entroncamento das estradas da região Meio-Norte: São Luís–Teresina-Fortaleza, Teresina-Parnaíba, Teresina-Picos-Recife, Teresina-Picos-Petrolina–Juazeiro–Salvador, possibilitando a intensificação das relações entre Teresina e esses estados e, a partir desse entroncamento, intensificando-se as comunicações com as demais regiões do país. A partir de então a capital piauiense ampliou a sua área de influência, passando a comandar um espaço regional formado não só de municípios piauienses, mas também de municípios de outros Estados como: Goiás, Pará e, principalmente do Maranhão, através da prestação dos serviços de educação e saúde e, em menor escala, da atividade comercial¹⁰.

¹⁰ Informações presentes em várias publicações sobre o Piauí. Destaca-se que, até então, só se chegava à região Norte, por terra, através da ponte ferroviária entre Teresina e Maranhão, construída na primeira metade do século XX.

Paralelamente à construção dessas rodovias, os reflexos da implantação de outros equipamentos e serviços públicos, decorrentes da política de planejamento nacional e regional de desenvolvimento, trouxeram muitos benefícios ao Piauí, embora em menor expressão que aos demais estados nordestinos, no bojo da qual foram criadas a SUDENE e o Banco do Nordeste, através da organização a nível local de algumas empresas de economia mista e da construção da Barragem da Boa Esperança, no rio Parnaíba, que se integrou ao sistema CHESF (Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco).

É desse período, também, a política de construção de conjuntos habitacionais, que contribuiu tanto para o “preenchimento” de muitos espaços vazios (bem como para gerar outros) na cidade entre os bairros existentes, valorizando-os mais rapidamente, como para orientar o povoamento de áreas periféricas a partir de sua construção e da instalação de outros serviços de infraestrutura urbana, ampliando o sítio urbano de Teresina.

Com a construção do primeiro vão da ponte de cimento sobre o rio Poti em 1956/58, ligando a BR-343 ao eixo da Av. Frei Serafim, a cidade extrapolou esse rio, estimulando o povoamento na sua margem direita. Iniciaram-se, então, a formação dos Bairros da zona Leste da cidade, sendo a urbanização orientada por essa rodovia federal. Assim, na década de 1960, a construção da pista para corrida de cavalos, embrião do Jóquei Clube do Piauí, e a instalação dos primeiros loteamentos residenciais¹¹ no seu entorno, consolidaram o espaço como área urbana, área esta que até então era ocupada por chácaras de veraneio das famílias mais abastadas da cidade. As corridas de cavalos de raça, trazidos até de outros países, eram a principal atração para essas famílias que passaram a habitar essa área, difundindo-se, a partir daí, a ideia de que morar nessa zona leste da cidade era símbolo de status social e econômico, ficando essa região conhecida a partir de então por zona do Jóquei Clube.

¹¹ Os primeiros loteamentos dessa área foram feitos pelo Coronel Miranda, primeiro diretor deste clube, e pelo senhor Nicanor Barreto em terrenos adquiridos do Dr. Rio Lima, então proprietário de um grande espaço entre o rio e a atual Av. Dom Severino, área hoje totalmente urbanizada e revalorizada após a construção do Shopping Center Riverside Walk e de prédios de apartamentos de alto padrão social, na década de 1990.

Merece destaque a presença da Igreja Católica, que através das ações de evangelização e de obras sociais, favoreceu ao processo de urbanização de vários bairros da cidade. Na zona Leste, implantou-se, no início dessa década de 1960, um centro social que desenvolvia diversas ações de educação e saúde, atraindo pessoas e serviços básicos para essa zona, onde se formaram inicialmente os bairros Jóquei Clube e Fátima.

A partir da década de 1970, a instalação da Universidade Federal do Piauí, no prolongamento da Av. Nossa Senhora de Fátima em direção ao Nordeste da cidade (hoje bairro Ininga- Zona Leste) e a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo uma área mínima de dimensão superior à de outros bairros da cidade, para lotes urbanos e a obrigatoriedade do recuo para as construções – aumentaram a atração da população de classes alta e média-alta para essa nova área urbana.

A especulação imobiliária crescia nessa área, utilizando slogans do tipo “área nobre de clima frio” (notar a presença de um elemento da natureza, manipulado como fator nobre- atrativo ao povoamento), fazendo ampliar rapidamente o povoamento da zona Leste da cidade, que passou a se organizar em bairros com casas elegantes e espaçosas, segregando assim essa população mais abastada, oriunda principalmente da Av. Frei Serafim, e adjacências, e da área central mais antiga da cidade. Também vários profissionais liberais e técnicos de nível superior que vieram de outros Estados para trabalharem nos órgãos públicos e de economia mista, recém criadas ou dinamizados pelos programas governamentais, passaram a residir nessa zona. Analisando o crescimento dessa área, Abreu (1983), destaca que:

“a Zona Leste de Teresina ‘foi escolhida’ para ser aquela que abrigaria a população de mais alto status, migrantes das áreas residenciais do centro antigo, por uma série de requisitos: amenidades, e principalmente por ser uma área cujos proprietários – grandes latifundiários urbanos – lotearam a terra, transferindo suas residências definitivamente para ali, o que permitiu às famílias residentes desfrutarem de amplos espaços; este fato atraiu vizinhança semelhante pois, os primeiros habitantes trouxeram consigo parentes e amigos de igual status

* Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes*. Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206.

sócio econômico...” Considera também “a importância dos corretores de imóveis, que cumprindo seu papel como agentes na organização/reorganização do espaço, apregoam através de agressiva propaganda transmitida pelos meios de comunicação, as qualidades da área. Com isto reforçam o aspecto ideológico do novo espaço urbano, tornando-o cada vez mais valorizado e, na medida de sua intensa procura, cada vez mais escassos e cotados com altos valores”.

O reflexo desse crescimento pode ser percebido tanto na organização do espaço, quanto através da expansão de diversos setores das atividades urbanas. No caso do setor Industrial, voltado para a construção civil, observa-se que houve rápido crescimento evidenciado através da produção de cerâmicas, telhas e tijolos para atender a esse setor pois, somente em 1960, conforme Moreira (1972), foram construídas mais de 3000 casas seguindo-se, nas décadas de 1970 e 80 a intensificação da construção de conjuntos habitacionais, verificando-se que, somente pela COHAB, foram construídos 34 conjuntos habitacionais, com um total de 30.202 casas construídas em todas as zonas da cidade (FAÇANHA, 1998).

Observando os mapas da cidade e os dados relativos à distribuição da população por bairros, é possível afirmar que ocorreu um intenso crescimento da cidade para todas as direções, no período 1970/1990. Assim a população que, em 1970, era de 181.062 habitantes, em 1980, passou a ser de 339.042 habitantes, e em 1991 apresentou 555.985 habitantes, tendo apresentado taxas de crescimento geométrico de 6,3 e 6,5 respectivamente. Em função desse grande crescimento, a Prefeitura Municipal de Teresina reorganizou a distribuição dos bairros por Zonas, incluindo a zona Sudeste, a partir do desmembrando da Leste, reagrupando-os nas seguintes unidades: Administração Regional Norte, Administração Regional Sul, Administração Regional Centro, Administração Regional Leste e Administração Regional Sudeste.

Na tabela 1 a seguir pode-se observar como se encontra a distribuição espacial da população na cidade, de forma absoluta e relativa, no ano de 1996.

Tabela 1: População Residente em Teresina, por Regiões Administrativas, em 1996

Reg. Administrativa.	Número de bairros	Área (km ²)*	População N° de habitantes	População Distrib. %	Número de domicílios	Densidade populacional hab/km ²
Norte	23	36,16	139.842	22,81	31.207	3.867,31
Sul	20	40,58	117.510	19,16	28.687	2.895,76
Leste	27	61,59	116.050	18,92	28.473	3.606,07
Sudeste	20	70,68	105.613	17,22	25.671	1.494,24
Centro	23	19,29	134.317	21,89	33.368	6.963,04
TOTAL	113	228,31	613.332	100,00	137.278	2.686,64

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (PMT), 1999

*Área estimada pela Semplan - PMT

Tomando-se Teresina como referência no bojo das políticas habitacionais desse período, considera-se que essas se constituíram fator de promoção de um aumento habitacional considerável. O Estado, então, nas últimas décadas, torna-se um dos agentes modeladores do espaço, cujas ações são expressas através de diversos instrumentos legais como políticas habitacionais, planos diretores, códigos de postura, zoneamento ecológico... Pretendendo “ordenar” e “disciplinar” o uso do solo urbano.

No entanto, tem estado sempre em defasagem no atendimento das necessidades básicas, em relação a uma gestão satisfatória do uso e ocupação do solo de forma. E, certamente, não sendo neutras as suas ações, privilegia certas áreas da cidade em detrimento de outras, promovendo a segregação sócioespacial. Tal processo sócioespacial é conceituado por Castells (1983) como sendo a expressão de forte homogeneidade interna e forte heterogeneidade externa entre áreas da cidade.

A presença desse processo de segregação sócioespacial pode ser evidenciada em parte da zona Leste de Teresina – notadamente nos bairros: Horto Florestal, Planalto, Fátima e Noivos, dotados pelo poder público com equipamentos urbanos, com qualidade e quantidade diferenciada, por exemplo, da periferia de Teresina: asfaltamento, iluminação pública de melhor qualidade, telefonia, rede de água e, recentemente (nos últimos cinco anos) de rede de esgotamento sanitário. Tudo isto cria um “diferencial urbano” para esta parte da zona Leste de Teresina. Tal área é habitada por população de nível econômico elevado, cuja expressão dessa diferença é o alto padrão residencial. Igualmente outra área segregada surge agora em Teresina, à margem esquerda do Rio Poti, no Bairro Ilhotas. Caracteriza-se por uma verticalização

* Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes*. Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206.

concentrada das residências – edifícios de alto luxo, dotados com o que existe de mais moderno em equipamentos residenciais. A verticalização não constitui um processo sócioespacial em si mesmo. É outra forma da segregação expressar-se, o que é muito peculiar em se tratando de Teresina, constata Abreu (2001) .

Assim, pode-se observar que o crescimento recente de Teresina, principalmente o da década de 1990, passa a se caracterizar sob duas formas opostas: uma, pela expansão da periferia, incorporando ao espaço urbano grandes áreas vazias, por uma população de baixa renda; e a outra, pelo crescimento vertical em edifícios de luxo, nos bairros mais valorizados da cidade, revalorizando-os.

Deve-se mencionar que o processo de segregação – que discute especificamente a questão residencial – se expressa pela contraposição entre áreas bem distintas da cidade. Em Teresina, por exemplo, a distância é bem visível entre uma parte e outra da cidade: a zona Leste, já mencionada, e a área de verticalização à margem esquerda do rio Poti, próxima ao eixo da Avenida Frei Serafim, que representam uma segregação de alta renda; e outra área, constituída da periferia de Teresina, onde invasões e construções precárias ou financiadas pelo poder público, a baixo custo, expressam outro lado da segregação. São, portanto, áreas muito parecidas dentro de si mesmas, mas extremamente diferenciadas entre si.

A franja rural/urbana, hoje chamada de periferia, antes de área suburbana, ao contrário de outras áreas da cidade, é menos contemplada com os benefícios do poder público, sendo frequentemente considerada “área de risco” para habitações e habitantes. É muitas vezes lugar onde ocorrem problemas de inundações e falta de saneamento ou solos sob erosão intensa nas encostas íngremes, e, por isso, terra de menor valor, cujos donos são o poder público ou particulares omissos que estão à espera de melhoria urbana para sua valorização.

Observa-se que essa condição ocorre de forma mais expressiva a partir do crescimento periférico da cidade, para as direções Nordeste, Leste e Sul, para onde o relevo, a partir dos terraços fluviais (com cotas de cerca de 60m de altitude), se eleva em encostas íngremes cortadas por vários riachos que se formam do escoamento que desce os topos dos planaltos tabulares, que atingem até 150m de altitude, na periferia da cidade. Para a zona Norte-Nordeste, a população foi ocupando os espaços vazios entre as lagoas, em muitos casos aterrando-as e ocupando as novas terras firmes “criadas” na região do Poti Velho, como também ocupando a área para além do rio Poti. Esta

ocupação ocorreu após a construção da ponte Mariano Gayoso Castelo Branco, conduzida pelo poder público, ao realizar assentamento de populações transferidas de outras áreas de risco, formando os bairros Santa Rosa e Santa Maria da Codipi. Estes foram interligados a outros conjuntos habitacionais da zona Leste, como o Anita Ferraz (Pedra-mole), por estrada até a zona Leste, depois de longo trecho de vazio urbano.

Mais ao leste, resultado de invasões e ocupação espontânea formaram-se os bairros Piçarreira, Satélite e outros, em área de encostas íngremes e riachos, chegando até o topo do planalto. Grandes avenidas já interligam essas áreas a outros conjuntos habitacionais e aos loteamentos de espaços mais valorizados, ampliando rapidamente a área urbanizada.

Em direção ao Sul, o eixo formado pela Av. Miguel Rosa/BR-343/316 corresponde ao divisor topográfico das micro bacias dos afluentes que drenam diretamente para o rio Poti (descendo as encostas na direção Leste) e das micro bacias que drenam diretamente para o rio Parnaíba (descendo as encostas na direção Oeste).

Nessas áreas, os problemas socioambientais são bem acentuados, pois os esgotos domésticos de todos os bairros/conjuntos habitacionais são canalizados para esses riachos sem tratamento, a população local joga lixo continuamente nas galerias, em quintais e em terrenos desocupados, formando focos de contaminação desses ambientes.

Destaque-se que, especialmente na zona Sul, constituem ainda sérios problemas a exploração desordenada de materiais para construção (seixos, areias, “massará” e argilas), seja diretamente no rio Poti, através das dragas, seja nos morros (barreiros), principalmente no entorno do Conjunto Bela Vista, aumentando a erosão dos terraços do rio e aumentando a carga de sedimentos que faz crescer as coroas e até mudar o eixo desse rio, em alguns trechos. Aí também se verifica o desmatamento de grandes áreas contínuas para a abertura de ruas e lotes de terrenos para ampliação desse Conjunto, provocando intensa erosão (voçorocamento) nas encostas e grande volume de sedimentos deslocados com destino ao rio.

O aterramento das lagoas marginais, que acompanham os terraços fluviais do Poti e do Parnaíba faz aumentar a energia do escoamento das águas dos riachos, principalmente porque as galerias são dimensionadas para receber grandes volumes de águas sem os dissipadores de energia, fazendo aumentar a erosão e a carga de sedimentos para esses rios. Como se observa, todos esses fatores se interligam formando um sistema que necessita ser estudado e enfrentado com medidas que

envolvam ações integradas, principalmente incluindo a educação ambiental da população.

Sobre o urbano de Teresina hoje, e sua relação com a natureza, pode-se dizer que, apesar de seus problemas socioambientais, ela ainda se constitui uma bela e acolhedora cidade. E ainda, que para o seu desenvolvimento mais recente também teve uma grande parcela de contribuição o fator posição geográfica que ela ocupa no cenário brasileiro, na sua rede de relações – além de todos os outros já citados e, constatando-se portanto, que a natureza se faz presente de forma intensa no social teresinense.

Diante das dificuldades atuais de gestão da cidade e das necessidades vividas pela sociedade local, Teresina, como as demais cidades do terceiro mundo, sofre os efeitos da crise global e busca, neste seu sesquicentenário, encontrar um modelo de desenvolvimento sustentável, como forma de traçar seu rumo para o futuro próximo, objetivando desenvolver-se economicamente, com certo equilíbrio ambiental e justiça social. Neste sentido a administração pública coordena a elaboração da Agenda 21 para Teresina, que ora está sendo elaborada por grupos de estudiosos das diversas áreas do conhecimento, procurando contar com a participação de toda a sociedade, através de reuniões de estudo com grupos representantes de diferentes segmentos sociais e seminários temáticos abertos à população. É a oportunidade de todos participarem, discutindo, criticando e sugerindo propostas e ações para a cidade num horizonte dos próximos anos. É o planejamento da cidade que queremos, intitular. “Teresina: 2015”.

Integrando esses estudos, a proposta do “grupo do meio ambiente” procura estudar/mostrar Teresina partindo da concepção de cidade como um espaço social construído com a natureza, a partir de um modelo político-econômico-social; de que o meio ambiente da cidade não se restringe ao território ocupado pelo sítio urbano, porque recebe influências, ao mesmo tempo que influencia os espaços do seu entorno (fluxos de elementos da natureza e das relações sociais), em escalas espacial e temporal; de que existe a necessidade da presença do poder público como mediador entre os interesses coletivo e individual; da necessidade da participação e da co-responsabilidade de toda a sociedade (agentes sociais e população) na definição e desenvolvimento de um modelo autossustentável de exploração econômica e cultural do potencial natural, respeitando as aptidões e os limites de uso/consumo da natureza, envolvendo qualidade de vida e bem-estar da população.

Concebido dessa forma, o meio ambiente urbano deve envolver duas dimensões no uso/consumo da natureza pela sociedade: a primeira, como Recurso Natural, no sentido de “natureza” enquanto matéria-prima deve ter seu uso e consumo econômico/social/cultural adequado/racional, possibilitando a geração de bens e serviços (indústria, artesanato, ecoturismo, comércio, etc.), de emprego e renda para a população e de impostos para o poder público. A segunda, como Patrimônio Ecológico, em que a natureza tem valor de uso e de existência (substrato para habitação, trabalho, lazer, além de “guardar” amostras-refúgio da biodiversidade, etc), possibilitando qualidade de vida e manutenção de patrimônio para as atuais e futuras gerações.

Resgatemos, pois, o sonho de Saraiva, buscando com tenacidade e carinho, fazer de Teresina um lugar de progresso e bem-estar social e que possa comandar o desenvolvimento do Piauí, dentro do paradigma que hoje se constrói, partindo do referencial de sustentabilidade do local para salvar o global: a casa maior do homem, que é o planeta Terra.

REFEÊNCIAS

ABREU, Irlane G. **O Crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

ABREU, Irlane G.e LIMA, Iracilde Moura Fé. Igreja do Amparo: O Marco Zero de Teresina. In: **Cadernos de Teresina. Teresina:** Fundação Monsenhor Chaves, Edição Especial, Ano XII, Nº 32, Outubro de 2000.

ABREU, Irlane G. Reflexões sobre Teresina (entrevista concedida à LIMA, Iracilde M.Fé). Fev. 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana** (trad. Arlete Caetano). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FAÇANHA, Antonio. **A Evolução Urbana de Teresina: Agentes, processos e formas espaciais da cidade.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998 (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Iracilde Moura Fé. Revalorizando o Verde em Teresina: o papel das unidades ambientais. In: **Cadernos de Teresina.** Teresina: Fund. Mons. Chaves. Ano X, n.24, dez. 1996.

MONTEIRO, Orgmar. **Teresina Descalça.** vol. 4. Fortaleza: IOCE, 1987.

MOREIRA, Amélia Alba N. A Cidade de Teresina. In: **IBGE. Boletim Geográfico.** Rio de Janeiro, Ano 31, nº.30 e 31, 1972 .

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento Sustentável: A Nova “Roupagem” para a Velha Questão do Desenvolvimento. In: **Direito à Cidade e ao Meio Ambiente.** Barcelona (Espanha): FASE, 1992, p. 12-20.

* Texto publicado originalmente: *Scientia et Spes.* Revista do Instituto Camillo Filho. V. 1, nº 2 (2002). Teresina: ICF, p. 181-206.